



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua São Bento, nº 401 – Centro – CEP 35.189-000 – Tel (33) 3425-1155
e-mail: licitacao@braunas.mg.gov.br

Aviso de

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

001/2024

CREDECENCIAMENTO

001/2024

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

OBJETO

Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS MUNICIPAL, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 279.996,00 (Duzentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais)

DATA DE INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

A PARTIR DO DIA: 23/02/2024, ÀS 09H00MIN ATÉ 23/02/2025

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	3
3. INGRESSO NO CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA	4
4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
5. HABILITAÇÃO	7
6. CONTRATAÇÃO	9
7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	9
8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11



EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS / MG

CREDCIAMENTO Nº 001/2024

(Inexigibilidade de Licitação Eletrônica nº 001/2024 - Processo Adm. Comp., Obras e Serviços nº. 011/2024)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações Licitar Digital:
www.licitardigital.com.br

CONSULTAS AO EDITAL: Este edital será fornecido a qualquer interessado, pessoalmente na sala da Comissão Permanente de Licitações no endereço descrito no cabeçalho, ou por meio eletrônico no site www.braunas.mg.gov.br link Licitações.

ESCLARECIMENTOS: Diretamente pela plataforma de licitações (www.licitardigital.com.br), ou pelo telefone: (33) 9 9995-2669 ou e-mail: licitacao@braunas.mg.gov.br. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Braúnas, no endereço www.braunas.mg.gov.br no link Licitações.

ÁREA SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

PREÂMBULO

O Município de Braúnas/MG, através do Prefeito Municipal Sr. Jovani Duarte Menezes, sediado na Rua São Bento, nº 401, Centro, Braúnas/MG – CEP: 35.189-000, torna público que estará credenciando através do edital de **Inexigibilidade de Licitação Eletrônica nº001/2024** para **Credenciamento nº 001/2024**, sem qualquer exclusividade, empresas prestadoras de serviços de laboratórios, especializados na realização de coleta de material e execução e exames de análises clínicas, mediante Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 74 “caput” da Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 024/2023, e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é o Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS, para os pacientes do SUS do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Credenciamento e seus anexos.

2. PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO.

2.1. Poderão participar do presente credenciamento todos os laboratórios especializados na realização de coleta e execução de análises clínicas, instalados no Município de Braúnas/MG, ou que venham a instalar posto de coleta no Município, tudo em conformidade com as exigências legais do Ministério da Saúde, e que atenderem às exigências e condições deste Edital.



- 2.1.1. As interessadas deverão previamente se credenciar na plataforma de credenciamento no sítio www.licitardigital.com.br.
- 2.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras sua proposta, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.2. Não poderão participar credenciamento os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Credenciamento e seus anexos;
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 2.2.3.1. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.2.3.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.2.3.3. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.4. É também imprescindível para a contratação dos serviços, a prévia vistoria técnica às instalações do proponente, que deverá ser realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

3. INGRESSO NO CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1. Os interessados deverão encaminhar proposta, conforme Anexo II, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital,



exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir de 23 de fevereiro de 2024 às 09:00 horas, sendo que ficará aberto para recebimento de propostas pelo período de 12 (doze) meses.

- 3.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.4. A documentação a ser inserida no campo próprio do sistema deverá, preferencialmente, observar as boas práticas apresentadas a seguir:
- 3.4.1.- Arquivos em formato PDF (Portable Document Format);
- 3.4.2.- Documentos com mais de 1 página agrupados no mesmo arquivo;
- 3.4.3.- Nomes dos arquivos identificados conforme seu conteúdo e numerados na mesma sequência do item 5 deste edital, conforme exemplo:
- 1 - Habilitação Jurídica
 - 2 - CNPJ
 - 3 - CND Federal
 - 4 - CND Estadual
 - 5 - CND Municipal
 - 6 - CRF FGTS
 - 7 - CNDT
 - 8 - CND Falência ou Concordata
- 3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.6. No pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



3.9. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Credenciamento e seus anexos;
- 3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Após apresentação de propostas, a agente de contratação verificará se o fornecedor atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 4.1.1. SICAF;
- 4.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 4.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

4.3. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 4.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 4.3.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 4.3.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.4. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 4.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



4.5.3.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. A habilitação das licitantes vencedoras será verificada por meio dos documentos de habilitação especificados neste Edital.
- 5.2. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, porém no campo específico de documentação e exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.
- 5.3. Para fins de habilitação, o licitante vencedor deverá comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 5.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 5.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 5.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.13. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



- 5.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 5.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 5.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 5.19. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto deste credenciamento através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto do presente credenciamento.
- 5.20. Registro ou inscrição da empresa Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em plena validade;
- 5.21. Alvará de funcionamento e localização, segundo legislação vigente;
- 5.22. Alvará Sanitário expedido por órgão credenciado pelo SUS, observada sua validade;
- 5.23. Caso o Município da Proponente participante deste Credenciamento, não possua Vigilância Sanitária própria, será aceito o Alvará Sanitário expedido pelo Órgão competente mais próximo de sua sede.
- 5.24. Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.24.1. Realização de vistoria técnica das instalações físicas do estabelecimento mediante agendamento pelo telefone: 33-3425-1360 diretamente na Secretaria Municipal de Saúde, no horário de 08h00min. as 16h00min., ou pelo e-mail: saude@braunas.mg.gov.br, responsável pelo agendamento a Srta. Regiane. O Atestado de Vistoria Técnica será emitido logo após a vistoria do estabelecimento ao tempo necessário para elaboração do mesmo.

Qualificação Técnico-Operacional

- 5.25. Indicação de aparelhamento adequado e disponível para realização do objeto de credenciamento.

Qualificação Técnico-Profissional

- 5.26. Comprovação de possuir em seu quadro permanente na data do credenciamento, profissionais de nível superior, devidamente registrado em seu



conselho de classe e em conformidade com o disposto na Portaria nº 1.230 de 14/10/99.

- 5.27. Compromisso formal de disponibilidade de recursos humanos e materiais para início de prestação de serviços imediatamente após a assinatura do Termo de Credenciamento, modelo Apêndice II.
- 5.28. Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica, expedido pelo respectivo Conselho de Registro Profissional competente, observando sua data de validade.

6. CONTRATAÇÃO

- 6.1. Após a autorização da autoridade competente, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 6.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 6.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Contrato.
- 6.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 7.1.9. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento.
 - 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;



- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.11;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 7.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.11. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.13. os danos que dela provierem para o Contratante;



- 7.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 7.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 7.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 7.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 8.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 8.1.2. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.2. As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Credenciamento, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



- 8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Credenciamento e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 8.12. Integram este Aviso de Credenciamento, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 8.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 8.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
 - 8.12.2. ANEXO II – Proposta Tabela do SUS-MUNICIPAL;
 - 8.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Braúnas/MG, de de 2024

JOVANI DUARTE MENEZES
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS MUNICIPAL, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Grupo 931	EXAMES LABORATORIAIS DA TABELA SUS-MUNICIPAL	SRV	1	279.996,00	279.996,00
VALOR TOTAL						279.996,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O interessado em contratar deve atuar no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, e comprovar regularidade fiscal junto ao município, estado e união, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, por meio da apresentação de certidão ou documento equivalente emitido pelo respectivo órgão;

4.2. O licitante deverá apresentar sua proposta contendo a descrição detalhada do bem, com as informações similares à especificação do termo de referência, contendo ainda a indicação da marca e características relevantes;

4.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço, correndo o ônus por conta exclusiva da contratada;

4.4. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas na nota de empenho e as especificações técnicas constantes no termo de referência, o fornecedor deverá entregar o material conforme descrito na proposta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: imediato após a assinatura do contrato;



5.1.2. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao da tabela do SUS-Municipal, relacionada no Anexo I do presente edital.

5.1.3. O agendamento, a coleta, a realização dos exames e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da empresa credenciada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em laboratório de análises clínicas credenciado, sediado no município de Braúnas/MG.

5.2.1. As áreas físicas destinadas à coleta e realização dos exames serão de responsabilidade da empresa credenciada.

5.2.2. A coleta de material deverá ser feita no mínimo por 08 (oito) horas diárias e 05 (cinco) dias por semana, e, caso seja extremamente necessário, por surgimento de alta demanda ou caso de emergência, o atendimento também deverá ser realizado aos sábados, domingos, feriados ou até mesmo no período de 24 (vinte) horas/dia.

5.3. A Credenciada deverá de imediato, quando solicitado, apresentar material biológico, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

Agendamento dos exames

5.4. As guias de requisição de exames deverão estar autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas pelo profissional competente, conforme protocolos do Ministério da Saúde.

5.4.1. A credenciada só estará autorizada a realizar o agendamento dos exames depois de conferir se o mesmo está cadastrado no sistema informatizado a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Sistema informatizado

5.5. A Secretaria Municipal de Saúde irá disponibilizar um sistema informatizado para controle do agendamento dos exames.

5.5.1. O treinamento referente ao uso do sistema será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

5.6. A credenciada fica obrigada a alimentar as informações exigidas pela Secretaria Municipal de Saúde no sistema informatizado.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Todo material necessário para a perfeita execução dos serviços é de responsabilidade de contratada.

5.7.1. A empresa credenciada será responsável pelo material necessário às coletas, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização do procedimento.

Prazos para a entregues dos resultados dos exames

5.8. Os exames de rotina, em até 05 (cinco) dias úteis;

5.9. Os de maior complexidade, em até 10 (dez) dias úteis;



5.10. Excepcionalmente quando necessário, em caso de URGÊNCIA, no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitado o tempo necessário para execução.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica: Regiane Aparecida Garcias.
Fiscalização Administrativa: Thales Teixeira dos Santos.
Gestor do Contrato: Isaias Andrade de Souza.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



7.1.1.1.não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2.deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3.deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. A Credenciada deverá apresentar, mensalmente, os seguintes relatórios:

7.2.1.1. Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, exames realizados e respectivos valores, sendo que estes deverão especificar os valores referentes a tabela SUS-MUNICIPAL, e deixar à disposição para conferência.

Recebimento

7.3.Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6.O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.3.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após



a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Será utilizado o Procedimento Auxiliar de Credenciamento, art. 79, inciso II.

Exigência de Habilitação



8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.15. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto deste credenciamento através da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto do presente credenciamento.

8.27. Registro ou inscrição da empresa Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em plena validade;

8.28. Alvará de funcionamento e localização, segundo legislação vigente;



8.29. Alvará Sanitário expedido por órgão credenciado pelo SUS, observada sua validade;

8.29.1. Caso o Município da Proponente participante deste Credenciamento, não possua Vigilância Sanitária própria, será aceito o Alvará Sanitário expedido pelo Órgão competente mais próximo de sua sede.

8.30. Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.30.1. Realização de vistoria técnica das instalações físicas do estabelecimento, mediante agendamento pelo telefone: 33-3425-1360 diretamente na Secretaria Municipal de Saúde, no horário de 08h00min. as 16h00min., ou pelo e-mail: saude@braunas.mg.gov.br, responsável pelo agendamento a Srta. Regiane. O Atestado de Vistoria Técnica será emitido logo após a vistoria do estabelecimento ao tempo necessário para elaboração do mesmo.

Qualificação Técnico-Operacional

8.31. Indicação de aparelhamento adequado e disponível para realização do objeto de credenciamento.

Qualificação Técnico-Profissional

8.32. Comprovação de possuir em seu quadro permanente na data do credenciamento, profissionais de nível superior, devidamente registrado em seu conselho de classe e em conformidade com o disposto na Portaria nº 1.230 de 14/10/99.

8.33. Compromisso formal de disponibilidade de recursos humanos e materiais para início de prestação de serviços imediatamente após a assinatura do Termo de Credenciamento, modelo Apêndice II.

8.34. Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica, expedido pelo respectivo Conselho de Registro Profissional competente, observando sua data de validade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$279.996,00 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais), conforme custos apostos no item 01 do presente termo de referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.05.02.10.301.0014.2036.3.3.90.39.00 - FICHA 159 - FONTES: 1.500

02.05.02.10.312.0015.2089.3.3.90.39.00 - FICHA 163 - FONTES: 1.500

02.05.03.10.301.0053.2072.3.3.90.39.00 - FICHA 170 - FONTES: 1.600

02.05.03.10.301.0055.2035.3.3.90.39.00 - FICHA 178 - FONTES: 1.621

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



APÊNDICE I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

TABELA SUS MUNICIPAL

TABELA DE PROCEDIMENTOS - PROJETO - SUS MUNICIPAL					
ITEM	CODIGO SUS	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	PREÇO TOTAL	PREÇO SUS	PREÇO COMPLE- MENTO
1	02.02.01.076-7	1,25 Dihidroxi vitamina D	85,00	15,24	69,76
2	02.02.06.004-7	17-Alfa-Hidroxiprogesterona (Hidroxiprogesterona)	34,50	10,20	24,30
3	02.02.06.016-0	17-Beta Estradiol (Estradiol, 17 Beta)	25,00	10,15	14,85
4	02.02.01.076-7	25 Hidroxivitamina D	45,00	15,24	29,76
5	02.02.05.008-4	Ácido Cítrico (Citrato), Urina	19,50	2,01	17,49
6	02.02.01.040-6	Ácido Fólico	20,00	15,65	4,35
7	02.02.01.053-8	Ácido Láctico (Lactato)	13,00	3,68	9,32
8	02.02.05.010-6	Ácido Oxálico (Oxalato), sangue ou urina	19,50	3,68	15,82
9	02.02.01.012-0	Ácido Úrico, sangue	4,00	1,85	2,15
10	02.02.01.012-0	Ácido Úrico, urina	6,00	1,85	4,15
11	02.02.07.005-0	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	25,00	15,65	9,35
12	02.02.01.013-9	Ácido Vanil Mandélico	25,50	9,00	16,50
13	02.02.06.008-0	ACTH (Hormônio Adrenocorticotrófico)	49,50	14,12	35,38
14	-	Albumina, dosagem materiais diversos	6,00	-	6,00
15	02.02.06.009-8	Aldosterona	30,00	11,89	18,11
16	02.02.01.015-5	Alfa-1-Antitripsina	19,50	3,68	15,82
17	02.02.01.016-3	Alfa-1-Glicoproteína Ácida	13,50	3,68	9,82
18	02.02.03.009-1	Alfa-Fetoproteína	25,00	15,06	9,94
19	02.02.01.018-0	Amilase	7,50	2,25	5,25
20	02.02.06.010-1	AMP cíclico	59,50	12,01	47,49
21	02.02.06.011-0	Androstenediona	54,50	11,53	42,97
22	02.02.03.025-3	Anti Cardiolipina IgG, Auto	34,50	10,00	24,50
23	02.02.03.026-1	Anti Cardiolipina IgM, Auto	34,50	10,00	24,50
24	-	Anti CCP, Ac (Peptídeo Citrulinado Cíclico ou Anti Citrulina)	170,00	-	170,00
25	02.02.03.027-0	Anti DNA (Dupla Hélice - DNA Nativo)	24,50	8,67	15,83
26	-	Anti DNASE B	80,00	-	80,00
27	-	Anti Endomísio IgA	45,00	-	45,00
28	-	Anti Endomísio IgG	45,00	-	45,00
29	-	Anti Endomísio IgM	70,00	-	70,00
30	02.02.03.047-4	Anti Estreptolisina O - ASLO (ASO)	5,50	2,83	2,67
31	-	Anti Gliadina IgA	25,00	-	25,00
32	-	Anti Gliadina IgG	25,00	-	25,00
33	02.02.03.051-2	Anti Ilhota	74,50	10,00	64,50
34	02.02.03.052-0	Anti Insulina, auto anticorpos	29,50	17,16	12,34
35	02.02.03.056-3	Anti Mitocôndria, Aci	30,00	17,16	12,84
36	02.02.03.032-6	Anti RNP, Auto Anticorpos	21,00	17,16	3,84
37	02.02.03.045-8	Anti SCL 70, Anticorpos (Anti Escleroderma)	24,50	10,00	14,50
38	02.02.03.034-2	Anti Sm, Ac	21,00	17,16	3,84



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

39	02.02.03.035-0	Anti SSA/RO, Auto Anticorpos (RO/SSA)	24,50	18,55	5,95
40	02.02.03.036-9	Anti SSB/LA, Auto Anticorpos (LA/SSB)	24,50	18,55	5,95
41	02.02.03.062-8	Anti Tireoglobulina	29,50	17,16	12,34
42	02.02.03.055-5	Anti TPO (Anti Microsomal, Anti Tireoperoxidase, Anti Tireoidano)	25,50	17,16	8,34
43	02.02.02.017-7	Anti Trombina III	40,00	6,48	33,52
44	02.02.02.016-9	Anticoagulante Lúpico	34,50	4,11	30,39
45	02.02.08.004-8	BAAR, Baciloscopia (escarro ou urina)	7,50	4,20	3,30
46	02.02.08.005-6	BAAR, Baciloscopia p/ Hanseníase	50,00	4,20	45,80
47	02.02.08.007-2	Bacterioscopia por GRAM (Materiais diversos)	8,00	2,80	5,20
48	02.02.03.011-3	Beta 2 Microglobulina	50,00	13,55	36,45
49	-	BHCG quantitativo -Quimioluminescência	20,00	-	20,00
50	02.02.06.021-7	BHCG Total - Cromatografia	13,50	7,85	5,65
51	02.02.01.020-1	Bilirrubinas Total e Frações	6,00	2,01	3,99
52	-	Biópsia com coloração especial	85,00	-	85,00
53	-	Biópsia de líquidos diversos	95,00	-	95,00
54	-	Biópsia de pele e frag. De 5 a 10 cm	95,00	-	95,00
55	-	Biópsia Peça Cirúrgica (acima de 10 cm)	195,00	-	195,00
56	-	Biópsia simples (até 4 cm)	85,00	-	85,00
57	-	BNP (NT pro-BNP, Peptídeo Natriurético Cerebral)	230,00	-	230,00
58	-	Brucelose IgG	55,00	-	55,00
59	-	Brucelose IgM	55,00	-	55,00
60	02.02.03.121-7	CA 125	38,00	13,35	24,65
61	-	CA 15-3	38,00	-	38,00
62	-	CA 19-9	38,00	-	38,00
63	02.02.01.022-8	Cálcio Iônico	11,50	3,51	7,99
64	02.02.01.021-0	Cálcio, sangue ou urina	6,50	1,85	4,65
65	02.02.01.002-3	Capacidade de Combinação de Ferro Livre ou Total	6,00	2,01	3,99
66	02.02.07.015-8	Carbamazepina	36,50	17,53	18,97
67	02.02.03.096-2	CEA (Antígeno Carcinoembriogênico)	38,50	13,35	25,15
68	02.02.01.025-2	Ceruloplasmina	15,00	3,68	11,32
69	02.02.07.017-4	Chumbo sangue/urina	31,50	8,83	22,67
70	02.02.07.018-2	Ciclosporina	59,00	58,61	0,39
71	-	Cistatina C	99,50	-	99,50
72	-	Cisticercose - Imunofluorescência	60,00	-	60,00
73	-	Citologia com coloração especial	120,00	-	120,00
74	-	Citologia com coloração especial + 1 lâmina (por lâmina adicional)	50,00	-	50,00
75	-	Citologia de punção de líquidos - PAAF por lâmina (mama, tireóide,etc)	20,00	-	20,00
76	02.02.03.074-1	Citomegalovírus IgG - Quimioluminescência (CMV IgG)	34,50	11,00	23,50
77	02.02.03.085-7	Citomegalovírus IgM - Quimioluminescência (CMV IgM)	34,50	11,61	22,89
78	02.02.01.033-3	CK - MB	15,00	4,12	10,88
79	02.02.01.032-5	CK (Creatinina Fosfoquinase)	14,50	3,68	10,82
80	02.02.05.002-5	Clearance de Creatinina	11,50	3,51	7,99



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

81	02.02.01.026-0	Cloretos (Cloro), sangue ou urina	5,50	1,85	3,65
82	02.02.07.019-0	Cobre, sangue ou urina	30,00	3,51	26,49
83	02.02.01.027-9	Colesterol HDL	5,50	3,51	1,99
84	02.02.01.028-7	Colesterol LDL (cobrar CT, HDL e Triglicérides)	4,00	3,51	0,49
85	02.02.01.029-5	Colesterol Total	4,00	1,85	2,15
86	02.01.02.004-1	Coleta de Material (exames de notificação compulsória)*	5,00	-	5,00
87	02.02.03.012-1	Complemento C3	17,50	17,16	0,34
88	02.02.03.013-0	Complemento C4	17,50	17,16	0,34
89	02.02.03.006-7	Complemento do CH 50	20,50	9,25	11,25
90	02.02.02.054-1	Coombs Direto	7,50	2,73	4,77
91	02.02.12.009-0	Coombs Indireto	21,00	2,73	18,27
92	02.02.06.013-6	Cortisol	30,00	9,86	20,14
93	02.02.01.031-7	Creatinina, sangue ou urina	5,00	1,85	3,15
94	02.02.01.031-7	Creatinina, urina	5,00	1,85	3,15
95	02.02.08.001-3	Cultura + Antibiograma Materiais Diversos (Fezes, Secreções, etc)	30,00	4,98	25,02
96	02.02.08.013-7	Cultura para Fungos	20,00	4,19	15,81
97	02.02.08.019-6	Cultura Seletiva para Streptococcus (Gestante)	35,00	4,33	30,67
98	02.13.01.033-0	Dengue teste rápido	30,00	-	30,00
99	02.02.06.014-4	DHEA (Dehidroepiandrosterona)	30,00	11,25	18,75
100	-	Dímero D	90,00	-	90,00
101	02.02.05.001-7	EAS (Urina Rotina)	5,50	3,70	1,80
102	02.02.02.035-5	Eletroforese de hemoglobina (pH alcalino HPLC)	24,50	5,41	19,09
103	02.02.03.022-9	Eletroforese de Imunoglobulinas (Imunofixação)	50,00	17,16	32,84
104	02.02.01.071-6	Eletroforese de Lipoproteínas	26,00	3,68	22,32
105	02.02.01.072-4	Eletroforese de Proteínas	19,50	4,42	15,08
106	02.02.04.006-2	Eosinófilos, Pesquisa nas Fezes	6,00	1,65	4,35
107	02.02.04.012-7	EPF (Parasitológico de Fezes, qualquer método)	4,50	1,65	2,85
108	02.02.04.012-7	EPF 3 amostras com conservante	4,50	1,65	2,85
109	02.02.04.012-7	EPF amostras múltiplas sem conservante (cada)	4,50	1,65	2,85
110	02.02.03.083-0	Epstein-Barr IgG (Mononucleose IgG ou EBV IgG)	30,00	17,16	12,84
111	02.02.03.094-6	Epstein-Barr IgM (Mononucleose IgM ou EBV IgM)	30,00	17,16	12,84
112	02.02.03.033-4	Esquistossomoe - IF	12,00	5,74	6,26
113	02.02.06.017-9	Estriol	30,00	11,55	18,45
114	02.02.08.014-5	Exame Direto à Fresco, materiais diversos	7,50	2,80	4,70
115	-	Falcização, Teste de	7,50	-	7,50
116	02.02.03.059-8	FAN (Fator Antinuclear Hep2)	15,00	17,16	-2,16
117	02.02.03.007-5	Fator Reumatóide (Látex)	5,50	2,83	2,67
118	02.02.02.020-7	Fator V de Leiden	150,00	4,73	145,27
119	02.02.07.022-0	Fenitoína (Difenilhidantoína)	35,50	35,22	0,28
120	02.02.07.012-3	Fenobarbital	35,00	13,13	21,87



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

121	02.02.01.038-4	Ferritina	24,00	15,59	8,41
122	02.02.01.039-2	Ferro Sérico	7,50	3,51	3,99
123	02.02.01.044-9	Fosfatase Ácida Fração Prostática	8,00	2,01	5,99
124	02.02.01.041-4	Fosfatase Ácida Total	8,00	2,01	5,99
125	02.02.01.042-2	Fosfatase Alcalina	5,50	2,01	3,49
126	02.02.01.043-0	Fósforo, urina ou sangue	6,00	1,85	4,15
127	02.02.02.050-9	Fragilidade Capilar (Prova do Laço)	5,00	2,73	2,27
128	02.02.09.010-8	Frutosaminas (Proteína Glicosilada)	8,00	2,01	5,99
129	02.02.06.023-3	FSH (Hormônio Folículo Estimulante)	19,50	7,89	11,61
130	02.02.01.046-5	Gama-GT	5,00	3,51	1,49
131	02.02.01.050-3	Glicohemoglobina (Hemoglobina Glicosilada)	20,00	7,86	12,14
132	02.02.01.047-3	Glicose	4,50	1,85	2,65
133	02.02.01.047-3	Glicose Pós Prandial	4,50	1,85	2,65
134	02.02.01.047-3	Glicose Pós Sobrecarga de Glicose	6,50	1,85	4,65
135	02.02.01.048-1	Glicose-6-Fosfato Dehidrogenase -GGFD	12,50	3,68	8,82
136	02.02.04.002-0	Gordura Fecal, Pesquisa (Sudam)	20,00	3,04	16,96
137	02.02.12.008-2	Grupo Sangüíneo ABO e Fator RH (+ DU) -(Teste reverso) Micro Type	11,00	1,37	9,63
138	02.02.03.080-6	HAV IgG, Anti (Antic. Anti Hepatite A IgG)	21,00	18,55	2,45
139	02.02.03.091-1	HAV IgM, Anti (Antic. Anti Hepatite A IgM)	25,50	18,55	6,95
140	-	HAV Total (Hepatite A)	20,00	-	20,00
141	02.02.03.078-4	HBc IgG, Anti	21,00	18,55	2,45
142	02.02.03.089-0	HBc IgM, Anti	25,50	18,55	6,95
143	02.02.03.078-4	HBc Total	21,00	18,55	2,45
144	02.02.03.064-4	HBe, Anti	21,00	18,55	2,45
145	02.02.03.098-9	HBeAG (Hepatite B Antígeno E)	21,00	18,55	2,45
146	02.02.03.063-6	HBs, Anti	21,00	18,55	2,45
147	02.02.03.097-0	HBsAG (Hepatite B - Antígeno Austrália)	21,00	18,55	2,45
148	02.13.01.020-8	HBV, Anti (PCR Qualitativo)	120,00	-	120,00
149	02.02.03.067-9	HCV, Anti (Anticorpos Anti-Hepatite C)	35,00	18,55	16,45
150	0.02.03.021-0	HCV, PCR Genotipagem	700,00	298,48	401,52
151	02.02.03.005-9	HCV, PCR Qualitativo	190,00	96,00	94,00
152	02.02.03.108-0	HCV, PCR Quantitativo	380,00	168,48	211,52
153	02.02.08.021-8	Helicobacter Pylori IgG	35,00	4,33	30,67
154	02.02.03.028-8	Helicobacter Pylori IgM	35,00	17,16	17,84
155	02.02.02.038-0	Hemograma (Eritrograma+Leucograma+Plaquetas)	10,00	4,11	5,89
156	02.02.06.022-5	HGH - Hormônio de Crescimento	25,50	10,21	15,29
157	02.0206.043-8	HGH após Estímulo (4 coletas)	70,00	12,01	57,99
158	-	HLA - B27, Antígeno	60,00	-	60,00
159	-	Homocisteína	49,00	-	49,00
160	02.02.03.031-8	HTLV1 e HTLV2 Pesq. de Anticorpos	45,00	18,55	26,45
161	02.02.03.015-6	IgA Salivar	30,00	17,16	12,84
162	02.02.03.015-6	IgA Sanguíneo	15,00	17,16	-2,16
163	02.02.03.103-9	IgE Específico (vários antígenos)	25,00	9,25	15,75
164	-	IgE Múltiplo (vários antígenos Ex.: HX2 - Poeira e MX1 - mofo)	30,00	-	30,00



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

165	-	IgE, Total	15,50	-	15,50
166	02.02.03.017-2	IgG Sanguíneo	15,50	-	15,50
167	02.02.03.018-0	IgM Sanguíneo	15,50	17,16	-1,66
168	02.02.01.066-0	Índice de Saturação da Transferrina	6,00	4,12	1,88
169	-	Índice de Tiroxina Livre - ITL	25,00	-	25,00
170	02.02.06.026-8	Insulina	25,00	10,17	14,83
171	-	Lactose, Teste de Tolerância (3 coletas)	20,00	-	20,00
172	02.02.01.036-8	LDH (Dehidrogenase Láctica)	7,50	3,68	3,82
173	-	Leishmaniose PCR (materias diversos)	98,00	-	98,00
174	-	Leishmaniose, pesquisa direta	12,00	-	12,00
175	-	Leptospirose IgM	80,00	-	80,00
176	02.02.04.009-7	Leucócitos e Hemácias, Pesquisa Fecais	6,00	1,65	4,35
177	02.02.06.024-1	LH (Hormônio Luteinizante)	19,50	8,97	10,53
178	02.02.01.055-4	Lipase	7,50	2,25	5,25
179	-	Lípídeos Totais (tem que realizar Colesterol Total + Triglicérides)	4,00	-	4,00
180	02.02.07.025-5	Lítio endógeno	7,50	2,25	5,25
181	02.02.01.056-2	Magnésio, sangue ou urina	6,50	2,01	4,49
182	02.02.07.026-3	Mercúrio	39,50	2,04	37,46
183	-	Metanefrina Urinária	80,00	-	80,00
184	-	Micológico Direto	6,00	-	6,00
185	02.02.05.002-5	Microalbuminúria Amostra Única (Razão Albumina/Creatinina)	18,00	3,51	14,49
186	02.02.05.009-2	Microalbuminúria Urina 24h	18,00	8,12	9,88
187	-	Monoteste (Anticorpos Heterófilos, Mononucleose)	15,00	-	15,00
188	02.02.01.057-0	Mucoproteínas	8,00	2,01	5,99
189	-	Mutação do gene da Protrombina (mat. Diversos)	230,00	-	230,00
190	-	Oxcarbazepina, Dosagem	60,00	-	60,00
191	-	P ANCA e C ANCA (Antineutrófilos)	50,00	-	50,00
192	02.02.03.020-2	PCR (Proteína C Reativa) Látex	10,00	2,83	7,17
193	02.02.03.008-3	PCR Ultrassensível (Alta Sensibilidade)	20,00	9,25	10,75
194	02.02.06.028-4	Peptídeo C	27,00	15,35	11,65
195	-	Perfil Lipídico (Colesterol Total e Frações + Triglicérides)	18,50	-	18,50
196	02.02.02.002-9	Plaquetas, Contagem (automatizada/Fônio)	10,00	2,73	7,27
197	02.02.01.060-0	Potássio, sangue ou urina	6,00	1,85	4,15
198	02.02.03.024-5	PPD, Teste Intradérmico (Mantoux ou Tuberculina)	20,00	-	20,00
199	02.02.06.029-2	Progesterona	24,50	10,22	14,28
200	02.02.06.030-6	Prolactina	24,50	10,15	14,35
201	02.02.03.020-2	Proteína C Ativada, Resistência-RPCA	250,00	2,83	247,17
202	02.02.03.020-2	Proteína C Funcional	65,00	2,83	62,17
203	02.02.03.020-2	Proteína S Livre	120,00	2,83	117,17
204	-	Proteínas de Bence Jones, Pesq.	8,00	-	8,00
205	02.02.01.061-9	Proteínas Totais (materiais diversos)	8,00	1,40	6,60
206	02.02.01.062-7	Proteínas Totais e Frações (Albumina e Globulina)	8,00	1,85	6,15
207	02.02.03.010-5	PSA Livre / PSA Total	25,00	16,42	8,58
208	02.02.03.010-5	PSA Ultra Sensível (Antígeno Específico Prostático Total)	25,00	16,42	8,58



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

209	02.02.06.027-6	PTH Intacto (Paratormônio)	43,50	43,13	0,37
210	02.02.02.013-4	PPTK (Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada)	6,50	5,77	0,73
211	02.02.01.031-7	Razão Proteína / Creatinina	15,00	1,85	13,15
212	02.02.06.031-4	Renina	80,00	13,19	66,81
213	02.02.02.003-7	Reticulócitos, Contagem	7,00	2,73	4,27
214	02.02.02.049-5	Retração do Coágulo	6,50	2,73	3,77
215	02.02.03.081-4	Rubéola IgG - Quimioluminescência	21,00	17,16	3,84
216	02.02.03.092-0	Rubéola IgM - Quimioluminescência	25,00	17,16	7,84
217	02.02.04.014-3	Sangue Oculto nas fezes (Sem Dieta)	12,00	1,65	10,35
218	02.02.06.033-0	SDHEA (Sulfato de Dehidroepiandrosterona)	30,00	11,40	18,60
219	-	SHGB (Globulina Ligadora de Hormônios Sexuais)	35,00	-	35,00
220	02.02.03.112-8	Sífilis IgG, sorologia - IF (FTA-ABS)	16,50	10,00	6,50
221	02.02.03.113-6	Sífilis IgM, sorologia - IF	16,50	10,00	6,50
222	02.02.01.063-5	Sódio, sangue ou urina	6,00	1,85	4,15
223	02.02.06.032-2	Somatomedina (IGF 1)	45,00	15,35	29,65
224	02.02.04.005-4	Swab Anal (Pesquisa de Oxiúrus)	8,00	1,65	6,35
225	02.02.06.039-0	T3 Livre	15,00	8,71	6,29
226	02.02.06.039-0	T3 Total (Triiodotironina)	15,00	8,71	6,29
227	02.02.06.038-1	T4 Livre	15,00	11,60	3,40
228	02.02.06.037-3	T4 Total (Tiroxina)	15,00	8,76	6,24
229	02.02.02.014-2	TAP + RNI (Tempo de Protrombina)	6,50	2,73	3,77
230	02.02.06.020-9	TBG (Globulina Transportadora da Tiroxina)	40,50	15,35	25,15
231	02.02.02.007-0	Tempo de Coagulação - Ivy	5,00	2,73	2,27
232	02.02.02.009-6	Tempo de Sangramento -Duke	4,00	2,73	1,27
233	02.02.06.035-7	Testosterona Livre	29,50	13,11	16,39
234	02.02.06.034-9	Testosterona Total	24,50	10,43	14,07
235	02.02.01.064-3	TGO (Transaminase G. Oxalacética - AST)	5,00	2,01	2,99
236	02.02.01.065-1	TGP (Transaminase G. Pirúvica - ALT)	5,00	2,01	2,99
237	02.02.06.036-5	Tireoglobulina dosagem	29,50	15,35	14,15
238	02.02.01.004-0	TOTG 2 coletas (Curva Glicêmica Oral 2 Coletas)	12,50	3,63	8,87
239	-	TOTG 3 coletas (Curva Glicêmica Oral 3 Coletas)	20,00	-	20,00
240	-	TOTG 4 coletas (Curva Glicêmica Oral 4 Coletas)	25,00	-	25,00
241	02.02.01.007-4	TOTG 5 coletas (Curva Glicêmica Oral 5 Coletas)	27,50	10,00	17,50
242	-	TOTG 6 coletas (Curva Glicêmica Oral 6 Coletas)	30,00	-	30,00
243	02.13.01.057-7	Toxoplasmose IgG - (IF ou ELISA) Eletrouimioluminescência	19,50	-	19,50
244	02.02.03.076-8	Toxoplasmose IgG - ELFA	30,00	18,55	11,45
245	02.02.03.087-3	Toxoplasmose IgM - (IF ou ELISA) Eletrouimioluminescência	19,50	18,55	0,95
246	02.02.03.087-3	Toxoplasmose IgM - ELFA	30,00	16,97	13,03
247	-	Toxoplasmose Teste de Avidéz IgG	42,00	-	42,00
248	-	TRAB (Anticorpo Anti-Receptor de TSH)	50,00	-	50,00



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

249	02.02.01.066-0	Transferrina	15,00	4,12	10,88
250	-	Translocação BCR (Qualitativo)	300,00	-	300,00
251	02.02.01.067-8	Triglicerídeos	5,00	3,51	1,49
252	02.02.03.120-9	Troponina I	45,00	9,00	36,00
253	02.02.03.077-6	Trypanosoma cruzi IgG - IF	16,50	9,25	7,25
254	02.02.03.088-1	Trypanosoma cruzi IgM - IF	16,50	9,25	7,25
255	02.02.03.104-7	Trypanosoma cruzi, Anticorpos (ELISA)	20,00	10,00	10,00
256	02.02.06.025-0	TSH (Hormônio Tireoestimulante)	15,00	8,96	6,04
257	02.02.01.069-4	Uréia, sangue e urina	4,50	1,85	2,65
258	02.02.08.008-0	Urocultura	25,00	5,62	19,38
259	02.02.03.111-0	VDRL	4,50	2,83	1,67
260	02.02.02.015-0	VHS	4,00	2,73	1,27
261	01.01.04.005-9	Vitamina A	90,00	-	90,00
262	-	Vitamina B1	98,00	-	98,00
263	02.02.01.070-8	Vitamina B12	23,00	15,24	7,76
264	-	Vitamina B6	110,00	-	110,00
265	02.02.03.101-2	Waalser-Rose	8,00	4,10	3,90
266	02.02.07.035-2	Zinco	25,00	15,65	9,35



APÊNDICE II - TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., declara que concorda em prestar os serviços de LABORATÓRIO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE COLETA E EXECUÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS com os valores constantes na Tabela SUS MUNICIPAL, que disponibilizará recursos humanos e materiais bem como atenderá a demanda exigida pela Secretaria Municipal de Saúde, de segunda-feira à sexta, se necessário aos sábados, domingos e feriados.

(nome da cidade) _____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
(representante legal da licitante)



ANEXO I.1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

INTRODUÇÃO

Objetivo: Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS MUNICIPAL, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação se fundamenta essencialmente na necessidade de oferecer o serviço de coleta e análises clínicas dos exames laboratoriais haja vista que, são imprescindíveis para elucidação de diagnóstico de diversas doenças e extremamente relevantes para acompanhar as condições de saúde dos pacientes. Além disso, proporciona condições de diagnóstico precoce, fator importantíssimo para evitar agravamento de doenças e encaminhamentos para atenção Especializada ou mesmo para Unidades de Pronto Atendimento. Os serviços objeto deste contrato serão prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde de Braúnas.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento ainda não havia sido elaborado o Plano de Contratações Anual.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá fornecer a prestação de serviços de realização dos exames laboratoriais de análises clínicas, constantes no termo de referência, ao preço da tabela SUS, para atendimento dos pacientes atendidos no município de Braúnas, conforme autorização realizada pelo próprio município.

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto na Tabela de Procedimentos do SUS por exame realizado, conforme produção.

Poderão participar deste processo qualquer pessoa jurídica legalmente constituída que satisfaça as exigências do edital e seus anexos, preste serviço compatível com o objeto da Contratação e realize, efetivamente, o serviço ofertado.

Além da documentação exigida no Edital, os interessados na presente contratação deverão ainda atender aos requisitos e apresentar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação e contratação:

- a) Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no CRF/MG (Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais) e/ou no CRBM/MG (Conselho Regional de Biomedicina de Minas Gerais);
- b) Declaração formal de que terá disponível para a execução do serviço objeto desta licitação profissionais com formação na especialidade exigida para a prestação de serviços e que todos os profissionais disponibilizados pela Licitante possuirão registro no competente conselho de classe.
- c) Atestado de Capacidade Técnica para execução dos serviços objeto desta contratação.
- d) Alvará Sanitário vigente emitido pela Vigilância Sanitária de Braúnas/MG.
- e) Alvará de Funcionamento emitido pelo Município de Braúnas/MG.
- f) Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) atualizado.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A(s) Credenciada(s) deverá (ao) executar os serviços na realização de exames laboratoriais de análises clínicas ao preço da tabela SUS MUNICIPAL.

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto na Tabela de Procedimentos do SUS por exame realizado, conforme produção.

A CONTRATANTE reservará para o período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$ 23.333,00 (vinte e três mil trezentos e trinta e três reais) - valor mensal, para o pagamento dos exames realizados, conforme produção, de acordo com o valor previsto na Tabela de Procedimentos do



SUS. Totalizando o valor anual de R\$ 279.996,00 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e noventa e seis reais).

O quantitativo tem como fundamento o valor mensal de R\$ 23.333,00 (vinte e três mil trezentos e trinta e três) que é o valor previsto na Programação Pactuada Integrada para a realização de exames laboratoriais.

Este valor foi estimado observado toda a série histórica de gastos que a prefeitura teve de janeiro a dezembro de 2023.

Tabela com valores gastos por mês em 2023:

Janeiro	11.752,50	Julho	27.565,50
Fevereiro	20.864,98	Agosto	23.189,98
Março	21.517,08	Setembro	25.833,64
Abril	19.854,77	Outubro	26.655,51
Maió	22.625,70	Novembro	42.405,48
Junho	18.765,48	Dezembro	12.494,48
TOTAL	273.525,10		

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Acerca do valor dos exames, foi tomado o valor previsto na Tabela de Procedimentos do SUS por exame realizado, conforme produção. Os valores praticados estão fundamentados em demonstrativo econômico-financeiro, elaborado pela direção nacional do SUS.

- Solução 1: A realização de contratação de empresa via Pregão Eletrônico para realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Análise da Solução 1: A solução acima apresentada se torna inviável, uma vez que a forma de disputa por maior desconto em percentual por exame sobre a tabela SUS tornaria inexecutável a execução do contrato, diante da defasagem a baixo valor atribuído via tabela SUS atualmente. Dessa forma, estaria comprometida a qualidade dos serviços.

- Solução 2: Realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização de exames laboratoriais de análises clínicas.

Análise da Solução 2: A solução 2, realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização dos exames laboratoriais a preço da tabela SUS se mostra mais viável. Além disso, no município de Braúnas tem apenas um laboratório é inviável deslocar pacientes para outros municípios.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATANTE reservará para o período de 12 (doze) meses, a quantia de R\$ 23.333,00 (Vinte Três Mil e Trezentos Trinta Três) - valor mensal, para o pagamento dos exames realizados, conforme produção, de acordo com o valor previsto na Tabela de Procedimentos do SUS.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução 2 - realização de processo licitatório para credenciamento de empresa(s) para realização dos exames laboratoriais a preço da tabela SUS – demonstra ser a mais adequada para atender a demanda. Além disso, no município de Braúnas tem apenas um laboratório é inviável deslocar pacientes para outros municípios.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Verifica-se que a natureza do objeto da licitação condiciona tecnicamente ao não parcelamento do objeto, uma vez que, o parcelamento poderia gerar complicações e comprometer o resultado final dos trabalhos, bem como haveria significativa dificuldade para a garantia e



fiscalização dos serviços executados. Os proponentes deverão realizar todos os exames presentes na Tabela constante no Termo de Referência, não sendo facultado ao proponente escolher somente os exames que tem interesse.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação encontra-se alinhada ao objetivo de garantia da estrutura adequada, além de atender com eficiência e eficácia os pacientes SUS, primando pela produtividade elevada, pela economicidade, pela qualidade e celeridade dos serviços prestados. Os exames laboratoriais fornecem informações que podem ser utilizadas para fins de diagnóstico e prognóstico, prevenção e estabelecimento de riscos para inúmeras doenças, bem como definição de tratamentos personalizados.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

O CONTRATANTE fica responsável por lançar os exames que serão ofertados para o paciente. Fica sendo de responsabilidade da CONTRATADA realizar baixas nos exames para não interferir na produção mensal.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada à natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores quanto à sua atividade

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

14– RESPONSÁVEIS

Edmila Fernandes Carvalho

Sabrina Alves Martins



ANEXO II – PROPOSTA TABELA DO SUS-MUNICIPAL

CREDCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

TABELA DE PROCEDIMENTOS - PROJETO - SUS MUNICIPAL					
ITEM	CODIGO SUS	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	PREÇO TOTAL	PREÇO SUS	PREÇO COMPLEMENTO
1	02.02.01.076-7	1,25 Dihidroxi vitamina D	85,00	15,24	69,76
2	02.02.06.004-7	17-Alfa-Hidroxiprogesterona (Hidroxiprogesterona)	34,50	10,20	24,30
3	02.02.06.016-0	17-Beta Estradiol (Estradiol, 17 Beta)	25,00	10,15	14,85
4	02.02.01.076-7	25 Hidroxivitamina D	45,00	15,24	29,76
5	02.02.05.008-4	Ácido Cítrico (Citrato), Urina	19,50	2,01	17,49
6	02.02.01.040-6	Ácido Fólico	20,00	15,65	4,35
7	02.02.01.053-8	Ácido Láctico (Lactato)	13,00	3,68	9,32
8	02.02.05.010-6	Ácido Oxálico (Oxalato), sangue ou urina	19,50	3,68	15,82
9	02.02.01.012-0	Ácido Úrico, sangue	4,00	1,85	2,15
10	02.02.01.012-0	Ácido Úrico, urina	6,00	1,85	4,15
11	02.02.07.005-0	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	25,00	15,65	9,35
12	02.02.01.013-9	Ácido Vanil Mandélico	25,50	9,00	16,50
13	02.02.06.008-0	ACTH (Hormônio Adrenocorticotrófico)	49,50	14,12	35,38
14	-	Albumina, dosagem materiais diversos	6,00	-	6,00
15	02.02.06.009-8	Aldosterona	30,00	11,89	18,11
16	02.02.01.015-5	Alfa-1-Antitripsina	19,50	3,68	15,82
17	02.02.01.016-3	Alfa-1-Glicoproteína Ácida	13,50	3,68	9,82
18	02.02.03.009-1	Alfa-Fetoproteína	25,00	15,06	9,94
19	02.02.01.018-0	Amilase	7,50	2,25	5,25
20	02.02.06.010-1	AMP cíclico	59,50	12,01	47,49
21	02.02.06.011-0	Androstenediona	54,50	11,53	42,97
22	02.02.03.025-3	Anti Cardiolipina IgG, Auto	34,50	10,00	24,50
23	02.02.03.026-1	Anti Cardiolipina IgM, Auto	34,50	10,00	24,50
24	-	Anti CCP, Ac (Peptídeo Citrulinado Cíclico ou Anti Citrulina)	170,00	-	170,00
25	02.02.03.027-0	Anti DNA (Dupla Hélice - DNA Nativo)	24,50	8,67	15,83
26	-	Anti DNASE B	80,00	-	80,00
27	-	Anti Endomísio IgA	45,00	-	45,00
28	-	Anti Endomísio IgG	45,00	-	45,00
29	-	Anti Endomísio IgM	70,00	-	70,00
30	02.02.03.047-4	Anti Estreptolisina O - ASLO (ASO)	5,50	2,83	2,67
31	-	Anti Gliadina IgA	25,00	-	25,00
32	-	Anti Gliadina IgG	25,00	-	25,00
33	02.02.03.051-2	Anti Ilhota	74,50	10,00	64,50
34	02.02.03.052-0	Anti Insulina, auto anticorpos	29,50	17,16	12,34
35	02.02.03.056-3	Anti Mitocôndria, Aci	30,00	17,16	12,84
36	02.02.03.032-6	Anti RNP, Auto Anticorpos	21,00	17,16	3,84
37	02.02.03.045-8	Anti SCL 70, Anticorpos (Anti Escleroderma)	24,50	10,00	14,50
38	02.02.03.034-2	Anti Sm, Ac	21,00	17,16	3,84
39	02.02.03.035-0	Anti SSA/RO, Auto Anticorpos (RO/SSA)	24,50	18,55	5,95
40	02.02.03.036-9	Anti SSB/LA, Auto Anticorpos (LA/SSB)	24,50	18,55	5,95



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

41	02.02.03.062-8	Anti Tireoglobulina	29,50	17,16	12,34
42	02.02.03.055-5	Anti TPO (Anti Microsomal, Anti Tireoperoxidase, Anti Tireoidano)	25,50	17,16	8,34
43	02.02.02.017-7	Anti Trombina III	40,00	6,48	33,52
44	02.02.02.016-9	Anticoagulante Lúpico	34,50	4,11	30,39
45	02.02.08.004-8	BAAR, Baciloscopia (escarro ou urina)	7,50	4,20	3,30
46	02.02.08.005-6	BAAR, Baciloscopia p/ Hanseniase	50,00	4,20	45,80
47	02.02.08.007-2	Bacterioscopia por GRAM (Materiais diversos)	8,00	2,80	5,20
48	02.02.03.011-3	Beta 2 Microglobulina	50,00	13,55	36,45
49	-	BHCG quantitativo -Quimioluminescência	20,00	-	20,00
50	02.02.06.021-7	BHCG Total - Cromatografia	13,50	7,85	5,65
51	02.02.01.020-1	Bilirrubinas Total e Frações	6,00	2,01	3,99
52	-	Biópsia com coloração especial	85,00	-	85,00
53	-	Biópsia de líquidos diversos	95,00	-	95,00
54	-	Biópsia de pele e frag. De 5 a 10 cm	95,00	-	95,00
55	-	Biópsia Peça Cirúrgica (acima de 10 cm)	195,00	-	195,00
56	-	Biópsia simples (até 4 cm)	85,00	-	85,00
57	-	BNP (NT pro-BNP, Peptídeo Natriurético Cerebral)	230,00	-	230,00
58	-	Brucelose IgG	55,00	-	55,00
59	-	Brucelose IgM	55,00	-	55,00
60	02.02.03.121-7	CA 125	38,00	13,35	24,65
61	-	CA 15-3	38,00	-	38,00
62	-	CA 19-9	38,00	-	38,00
63	02.02.01.022-8	Cálcio Iônico	11,50	3,51	7,99
64	02.02.01.021-0	Cálcio, sangue ou urina	6,50	1,85	4,65
65	02.02.01.002-3	Capacidade de Combinação de Ferro Livre ou Total	6,00	2,01	3,99
66	02.02.07.015-8	Carbamazepina	36,50	17,53	18,97
67	02.02.03.096-2	CEA (Antígeno Carcinoembriogênico)	38,50	13,35	25,15
68	02.02.01.025-2	Ceruloplasmina	15,00	3,68	11,32
69	02.02.07.017-4	Chumbo sangue/urina	31,50	8,83	22,67
70	02.02.07.018-2	Ciclosporina	59,00	58,61	0,39
71	-	Cistatina C	99,50	-	99,50
72	-	Cisticercose - Imunofluorescência	60,00	-	60,00
73	-	Citologia com coloração especial	120,00	-	120,00
74	-	Citologia com coloração especial + 1 lâmina (por lâmina adicional)	50,00	-	50,00
75	-	Citologia de punção de líquidos - PAAF por lâmina (mama, tireóide,etc)	20,00	-	20,00
76	02.02.03.074-1	Citomegalovírus IgG - Quimioluminescência (CMV IgG)	34,50	11,00	23,50
77	02.02.03.085-7	Citomegalovírus IgM - Quimioluminescência (CMV IgM)	34,50	11,61	22,89
78	02.02.01.033-3	CK - MB	15,00	4,12	10,88
79	02.02.01.032-5	CK (Creatinina Fosfoquinase)	14,50	3,68	10,82
80	02.02.05.002-5	Clearance de Creatinina	11,50	3,51	7,99
81	02.02.01.026-0	Cloretos (Cloro), sangue ou urina	5,50	1,85	3,65



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

82	02.02.07.019-0	Cobre, sangue ou urina	30,00	3,51	26,49
83	02.02.01.027-9	Colesterol HDL	5,50	3,51	1,99
84	02.02.01.028-7	Colesterol LDL (cobrar CT, HDL e Triglicérides)	4,00	3,51	0,49
85	02.02.01.029-5	Colesterol Total	4,00	1,85	2,15
86	02.01.02.004-1	Coleta de Material (exames de notificação compulsória)*	5,00	-	5,00
87	02.02.03.012-1	Complemento C3	17,50	17,16	0,34
88	02.02.03.013-0	Complemento C4	17,50	17,16	0,34
89	02.02.03.006-7	Complemento do CH 50	20,50	9,25	11,25
90	02.02.02.054-1	Coombs Direto	7,50	2,73	4,77
91	02.02.12.009-0	Coombs Indireto	21,00	2,73	18,27
92	02.02.06.013-6	Cortisol	30,00	9,86	20,14
93	02.02.01.031-7	Creatinina, sangue ou urina	5,00	1,85	3,15
94	02.02.01.031-7	Creatinina, urina	5,00	1,85	3,15
95	02.02.08.001-3	Cultura + Antibiograma Materiais Diversos (Fezes, Secreções, etc)	30,00	4,98	25,02
96	02.02.08.013-7	Cultura para Fungos	20,00	4,19	15,81
97	02.02.08.019-6	Cultura Seletiva para Streptococcus (Gestante)	35,00	4,33	30,67
98	02.13.01.033-0	Dengue teste rápido	30,00	-	30,00
99	02.02.06.014-4	DHEA (Dehidroepiandrosterona)	30,00	11,25	18,75
100	-	Dímero D	90,00	-	90,00
101	02.02.05.001-7	EAS (Urina Rotina)	5,50	3,70	1,80
102	02.02.02.035-5	Eletroforese de hemoglobina (pH alcalino HPLC)	24,50	5,41	19,09
103	02.02.03.022-9	Eletroforese de Imunoglobulinas (Imunofixação)	50,00	17,16	32,84
104	02.02.01.071-6	Eletroforese de Lipoproteínas	26,00	3,68	22,32
105	02.02.01.072-4	Eletroforese de Proteínas	19,50	4,42	15,08
106	02.02.04.006-2	Eosinófilos, Pesquisa nas Fezes	6,00	1,65	4,35
107	02.02.04.012-7	EPF (Parasitológico de Fezes, qualquer método)	4,50	1,65	2,85
108	02.02.04.012-7	EPF 3 amostras com com conservante	4,50	1,65	2,85
109	02.02.04.012-7	EPF amostras múltiplas sem conservante (cada)	4,50	1,65	2,85
110	02.02.03.083-0	Epstein-Barr IgG (Mononucleose IgG ou EBV IgG)	30,00	17,16	12,84
111	02.02.03.094-6	Epstein-Barr IgM (Mononucleose IgM ou EBV IgM)	30,00	17,16	12,84
112	02.02.03.033-4	Esquistossomoe - IF	12,00	5,74	6,26
113	02.02.06.017-9	Estriol	30,00	11,55	18,45
114	02.02.08.014-5	Exame Direto à Fresco, materiais diversos	7,50	2,80	4,70
115	-	Falcização, Teste de	7,50	-	7,50
116	02.02.03.059-8	FAN (Fator Antinuclear Hep2)	15,00	17,16	-2,16
117	02.02.03.007-5	Fator Reumatóide (Látex)	5,50	2,83	2,67
118	02.02.02.020-7	Fator V de Leiden	150,00	4,73	145,27
119	02.02.07.022-0	Fenitoína (Difenilhidantoína)	35,50	35,22	0,28
120	02.02.07.012-3	Fenobarbital	35,00	13,13	21,87
121	02.02.01.038-4	Ferritina	24,00	15,59	8,41
122	02.02.01.039-2	Ferro Sérico	7,50	3,51	3,99
123	02.02.01.044-9	Fosfatase Ácida Fração Prostática	8,00	2,01	5,99



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

124	02.02.01.041-4	Fosfatase Ácida Total	8,00	2,01	5,99
125	02.02.01.042-2	Fosfatase Alcalina	5,50	2,01	3,49
126	02.02.01.043-0	Fósforo, urina ou sangue	6,00	1,85	4,15
127	02.02.02.050-9	Fragilidade Capilar (Prova do Laço)	5,00	2,73	2,27
128	02.02.09.010-8	Frutosaminas (Proteína Glicosilada)	8,00	2,01	5,99
129	02.02.06.023-3	FSH (Hormônio Folículo Estimulante)	19,50	7,89	11,61
130	02.02.01.046-5	Gama-GT	5,00	3,51	1,49
131	02.02.01.050-3	Glicohemoglobina (Hemoglobina Glicosilada)	20,00	7,86	12,14
132	02.02.01.047-3	Glicose	4,50	1,85	2,65
133	02.02.01.047-3	Glicose Pós Prandial	4,50	1,85	2,65
134	02.02.01.047-3	Glicose Pós Sobrecarga de Glicose	6,50	1,85	4,65
135	02.02.01.048-1	Glicose-6-Fosfato Dehidrogenase -GGFD	12,50	3,68	8,82
136	02.02.04.002-0	Gordura Fecal, Pesquisa (Sudam)	20,00	3,04	16,96
137	02.02.12.008-2	Grupo Sangüíneo ABO e Fator RH (+ DU) -(Teste reverso) Micro Type	11,00	1,37	9,63
138	02.02.03.080-6	HAV IgG, Anti (Antic. Anti Hepatite A IgG)	21,00	18,55	2,45
139	02.02.03.091-1	HAV IgM, Anti (Antic. Anti Hepatite A IgM)	25,50	18,55	6,95
140	-	HAV Total (Hepatite A)	20,00	-	20,00
141	02.02.03.078-4	HBc IgG, Anti	21,00	18,55	2,45
142	02.02.03.089-0	HBc IgM, Anti	25,50	18,55	6,95
143	02.02.03.078-4	HBc Total	21,00	18,55	2,45
144	02.02.03.064-4	HBe, Anti	21,00	18,55	2,45
145	02.02.03.098-9	HBeAG (Hepatite B Antígeno E)	21,00	18,55	2,45
146	02.02.03.063-6	HBs, Anti	21,00	18,55	2,45
147	02.02.03.097-0	HBsAG (Hepatite B - Antígeno Austrália)	21,00	18,55	2,45
148	02.13.01.020-8	HBV, Anti (PCR Qualitativo)	120,00	-	120,00
149	02.02.03.067-9	HCV, Anti (Anticorpos Anti-Hepatite C)	35,00	18,55	16,45
150	0.02.03.021-0	HCV, PCR Genotipagem	700,00	298,48	401,52
151	02.02.03.005-9	HCV, PCR Qualitativo	190,00	96,00	94,00
152	02.02.03.108-0	HCV, PCR Quantitativo	380,00	168,48	211,52
153	02.02.08.021-8	Helicobacter Pylori IgG	35,00	4,33	30,67
154	02.02.03.028-8	Helicobacter Pylori IgM	35,00	17,16	17,84
155	02.02.02.038-0	Hemograma (Eritrograma+Leucograma+Plaquetas)	10,00	4,11	5,89
156	02.02.06.022-5	HGH - Hormônio de Crescimento	25,50	10,21	15,29
157	02.0206.043-8	HGH após Estímulo (4 coletas)	70,00	12,01	57,99
158	-	HLA - B27, Antígeno	60,00	-	60,00
159	-	Homocisteína	49,00	-	49,00
160	02.02.03.031-8	HTLV1 e HTLV2 Pesq. de Anticorpos	45,00	18,55	26,45
161	02.02.03.015-6	IgA Salivar	30,00	17,16	12,84
162	02.02.03.015-6	IgA Sangüíneo	15,00	17,16	-2,16
163	02.02.03.103-9	IgE Específico (vários antígenos)	25,00	9,25	15,75
164	-	IgE Múltiplo (vários antígenos Ex.: HX2 - Poeira e MX1 - mofo)	30,00	-	30,00
165	-	IgE, Total	15,50	-	15,50
166	02.02.03.017-2	IgG Sangüíneo	15,50	-	15,50
167	02.02.03.018-0	IgM Sangüíneo	15,50	17,16	-1,66
168	02.02.01.066-0	Índice de Saturação da Transferrina	6,00	4,12	1,88



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

169	-	Índice de Tiroxina Livre - ITL	25,00	-	25,00
170	02.02.06.026-8	Insulina	25,00	10,17	14,83
171	-	Lactose, Teste de Tolerância (3 coletas)	20,00	-	20,00
172	02.02.01.036-8	LDH (Dehidrogenase Láctica)	7,50	3,68	3,82
173	-	Leishmaniose PCR (materias diversos)	98,00	-	98,00
174	-	Leishmaniose, pesquisa direta	12,00	-	12,00
175	-	Leptospirose IgM	80,00	-	80,00
176	02.02.04.009-7	Leucócitos e Hemácias, Pesquisa Fecais	6,00	1,65	4,35
177	02.02.06.024-1	LH (Hormônio Luteinizante)	19,50	8,97	10,53
178	02.02.01.055-4	Lipase	7,50	2,25	5,25
179	-	Lípidos Totais (tem que realizar Colesterol Total + Triglicérides)	4,00	-	4,00
180	02.02.07.025-5	Lítio endógeno	7,50	2,25	5,25
181	02.02.01.056-2	Magnésio, sangue ou urina	6,50	2,01	4,49
182	02.02.07.026-3	Mercúrio	39,50	2,04	37,46
183	-	Metanefrina Urinária	80,00	-	80,00
184	-	Micológico Direto	6,00	-	6,00
185	02.02.05.002-5	Microalbuminúria Amostra Única (Razão Albumina/Creatinina)	18,00	3,51	14,49
186	02.02.05.009-2	Microalbuminúria Urina 24h	18,00	8,12	9,88
187	-	Monoteste (Anticorpos Heterófilos, Mononucleose)	15,00	-	15,00
188	02.02.01.057-0	Mucoproteínas	8,00	2,01	5,99
189	-	Mutação do gene da Protrombina (mat. Diversos)	230,00	-	230,00
190	-	Oxcarbazepina, Dosagem	60,00	-	60,00
191	-	P ANCA e C ANCA (Antineutrófilos)	50,00	-	50,00
192	02.02.03.020-2	PCR (Proteína C Reativa) Látex	10,00	2,83	7,17
193	02.02.03.008-3	PCR Ultrassensível (Alta Sensibilidade)	20,00	9,25	10,75
194	02.02.06.028-4	Peptídeo C	27,00	15,35	11,65
195	-	Perfil Lipídico (Colesterol Total e Frações + Triglicérides)	18,50	-	18,50
196	02.02.02.002-9	Plaquetas, Contagem (automatizada/Fônio)	10,00	2,73	7,27
197	02.02.01.060-0	Potássio, sangue ou urina	6,00	1,85	4,15
198	02.02.03.024-5	PPD, Teste Intradérmico (Mantoux ou Tuberculina)	20,00	-	20,00
199	02.02.06.029-2	Progesterona	24,50	10,22	14,28
200	02.02.06.030-6	Prolactina	24,50	10,15	14,35
201	02.02.03.020-2	Proteína C Ativada, Resistência-RPCA	250,00	2,83	247,17
202	02.02.03.020-2	Proteína C Funcional	65,00	2,83	62,17
203	02.02.03.020-2	Proteína S Livre	120,00	2,83	117,17
204	-	Proteínas de Bence Jones, Pesq.	8,00	-	8,00
205	02.02.01.061-9	Proteínas Totais (materiais diversos)	8,00	1,40	6,60
206	02.02.01.062-7	Proteínas Totais e Frações (Albumina e Globulina)	8,00	1,85	6,15
207	02.02.03.010-5	PSA Livre / PSA Total	25,00	16,42	8,58
208	02.02.03.010-5	PSA Ultra Sensível (Antígeno Específico Prostático Total)	25,00	16,42	8,58
209	02.02.06.027-6	PTH Intacto (Paratormônio)	43,50	43,13	0,37
210	02.02.02.013-4	PTTK (Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada)	6,50	5,77	0,73
211	02.02.01.031-7	Razão Proteína / Creatinina	15,00	1,85	13,15



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

212	02.02.06.031-4	Renina	80,00	13,19	66,81
213	02.02.02.003-7	Reticulócitos, Contagem	7,00	2,73	4,27
214	02.02.02.049-5	Retração do Coágulo	6,50	2,73	3,77
215	02.02.03.081-4	Rubéola IgG - Quimioluminescência	21,00	17,16	3,84
216	02.02.03.092-0	Rubéola IgM - Quimioluminescência	25,00	17,16	7,84
217	02.02.04.014-3	Sangue Oculto nas fezes (Sem Dieta)	12,00	1,65	10,35
218	02.02.06.033-0	SDHEA (Sulfato de Dehidroepiandrosterona)	30,00	11,40	18,60
219	-	SHGB (Globulina Ligadora de Hormônios Sexuais)	35,00	-	35,00
220	02.02.03.112-8	Sífilis IgG, sorologia - IF (FTA-ABS)	16,50	10,00	6,50
221	02.02.03.113-6	Sífilis IgM, sorologia - IF	16,50	10,00	6,50
222	02.02.01.063-5	Sódio, sangue ou urina	6,00	1,85	4,15
223	02.02.06.032-2	Somatomedina (IGF 1)	45,00	15,35	29,65
224	02.02.04.005-4	Swab Anal (Pesquisa de Oxiúrus)	8,00	1,65	6,35
225	02.02.06.039-0	T3 Livre	15,00	8,71	6,29
226	02.02.06.039-0	T3 Total (Triiodotironina)	15,00	8,71	6,29
227	02.02.06.038-1	T4 Livre	15,00	11,60	3,40
228	02.02.06.037-3	T4 Total (Tiroxina)	15,00	8,76	6,24
229	02.02.02.014-2	TAP + RNI (Tempo de Protrombina)	6,50	2,73	3,77
230	02.02.06.020-9	TBG (Globulina Transportadora da Tiroxina)	40,50	15,35	25,15
231	02.02.02.007-0	Tempo de Coagulação - Ivy	5,00	2,73	2,27
232	02.02.02.009-6	Tempo de Sangramento -Duke	4,00	2,73	1,27
233	02.02.06.035-7	Testosterona Livre	29,50	13,11	16,39
234	02.02.06.034-9	Testosterona Total	24,50	10,43	14,07
235	02.02.01.064-3	TGO (Transaminase G. Oxalacética - AST)	5,00	2,01	2,99
236	02.02.01.065-1	TGP (Transaminase G. Pirúvica - ALT)	5,00	2,01	2,99
237	02.02.06.036-5	Tireoglobulina dosagem	29,50	15,35	14,15
238	02.02.01.004-0	TOTG 2 coletas (Curva Glicêmica Oral 2 Coletas)	12,50	3,63	8,87
239	-	TOTG 3 coletas (Curva Glicêmica Oral 3 Coletas)	20,00	-	20,00
240	-	TOTG 4 coletas (Curva Glicêmica Oral 4 Coletas)	25,00	-	25,00
241	02.02.01.007-4	TOTG 5 coletas (Curva Glicêmica Oral 5 Coletas)	27,50	10,00	17,50
242	-	TOTG 6 coletas (Curva Glicêmica Oral 6 Coletas)	30,00	-	30,00
243	02.13.01.057-7	Toxoplasmose IgG - (IF ou ELISA) Eletriquimioluminescência	19,50	-	19,50
244	02.02.03.076-8	Toxoplasmose IgG - ELFA	30,00	18,55	11,45
245	02.02.03.087-3	Toxoplasmose IgM - (IF ou ELISA) Eletriquimioluminescência	19,50	18,55	0,95
246	02.02.03.087-3	Toxoplasmose IgM - ELFA	30,00	16,97	13,03
247	-	Toxoplasmose Teste de Avidéz IgG	42,00	-	42,00
248	-	TRAB (Anticorpo Anti-Receptor de TSH)	50,00	-	50,00
249	02.02.01.066-0	Transferrina	15,00	4,12	10,88
250	-	Translocação BCR (Qualitativo)	300,00	-	300,00
251	02.02.01.067-8	Triglicerídeos	5,00	3,51	1,49
252	02.02.03.120-9	Troponina I	45,00	9,00	36,00



EDITAL - CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG

253	02.02.03.077-6	Trypanosoma cruzi IgG - IF	16,50	9,25	7,25
254	02.02.03.088-1	Trypanosoma cruzi IgM - IF	16,50	9,25	7,25
255	02.02.03.104-7	Trypanosoma cruzi, Anticorpos (ELISA)	20,00	10,00	10,00
256	02.02.06.025-0	TSH (Hormônio Tireoestimulante)	15,00	8,96	6,04
257	02.02.01.069-4	Uréia, sangue e urina	4,50	1,85	2,65
258	02.02.08.008-0	Urocultura	25,00	5,62	19,38
259	02.02.03.111-0	VDRL	4,50	2,83	1,67
260	02.02.02.015-0	VHS	4,00	2,73	1,27
261	01.01.04.005-9	Vitamina A	90,00	-	90,00
262	-	Vitamina B1	98,00	-	98,00
263	02.02.01.070-8	Vitamina B12	23,00	15,24	7,76
264	-	Vitamina B6	110,00	-	110,00
265	02.02.03.101-2	Waalser-Rose	8,00	4,10	3,90
266	02.02.07.035-2	Zinco	25,00	15,65	9,35

Obs. 1: As nomenclaturas dos procedimentos poderão ser conferidas conforme Código SUS.

Obs. 2: A proponente deverá apresentar apenas aqueles procedimentos na qual se interessa em credenciar.

INFORMAR OS DADOS DA PROPONENTE

Razão Social / Endereço Completo / CNPJ e Inscrição Estadual / Contatos (fone, email) / Informações Bancárias / Dados do Representante Legal da Proponente (nome completo, estado civil, data nascimento, endereço do domicílio, documento Identidade, número do CPF, Cargo ou Função, fones de contato, email).

Informar a validade da proposta em dias: _____ (não inferior a 60 (sessenta) dias).

(nome da cidade) _____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura e carimbo
(representante legal da licitante)



ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
BRAÚNAS/MG E

.....

A Prefeitura Municipal de Braúnas, com sede na Rua São Bento, nº 401, Bairro Centro, na cidade de Braúnas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.307.389/0001-88, neste ato representado pelo Senhor Jovani Duarte Menezes, prefeito municipal, portador da Matrícula Funcional nº 00830, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Adm. Compras, Obras e Serviços nº 011/2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024 - Credenciamento nº 001/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Credenciamento de empresas ou entidades especializadas para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS MUNICIPAL, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

Valor total:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital do Credenciamento;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura deste contrato, podendo ser prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados só poderão sofrer reajuste em caso de alteração da tabela SUS MUNICIPAL.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.20. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao da tabela do SUS-Municipal, relacionada no Anexo I do presente edital;
- 9.21. O agendamento, a coleta, a realização dos exames e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da empresa credenciada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.
- 9.21.1. As guias de requisição de exames deverão estar autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas pelo profissional competente, conforme protocolos do Ministério da Saúde.
- 9.21.2. A credenciada só estará autorizada a realizar o agendamento dos exames depois de conferir se o mesmo está cadastrado no sistema informatizado a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 9.22. A credenciada fica obrigada a alimentar as informações exigidas pela Secretaria Municipal de Saúde no sistema informatizado.
- 9.22.1. A Secretaria Municipal de Saúde irá disponibilizar um sistema informatizado para controle do agendamento dos exames.
- 9.22.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde irá disponibilizar um sistema informatizado para controle do agendamento dos exames.
- 9.23. Obedecer aos prazos para entrega dos resultados dos exames:
- 9.23.1. Os exames de rotina, em até 05 (cinco) dias úteis;
- 9.23.2. Os de maior complexidade, em até 10 (dez) dias úteis;
- 9.23.3. Excepcionalmente quando necessário, em caso de URGÊNCIA, no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitado o tempo necessário para execução.
- 9.24. Cumprir o horário estabelecido para as atividades afins, podendo, ainda, caso seja de necessidade do Município, funcionar aos sábados, domingos e feriados;
- 9.25. Executar o objeto contratual, rigorosamente de acordo com detalhes, especificações e normas técnicas, juntamente com a equipe da Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, acatando ainda, as recomendações da Fiscalização do MUNICÍPIO;
- 9.26. Evitar qualquer tipo de atrito com os usuários dos serviços, devendo estes casos ser imediatamente informados à Secretaria Municipal de Saúde;



- 9.27. Ficar responsável pela guarda e arquivamento dos documentos de encaminhamento em seu poder até que estes sejam remetidos à Secretaria Municipal de Saúde para conferência e pagamento.
- 9.28. Manter em arquivo o histórico dos atendimentos, inclusive, das entregas dos resultados dos procedimentos aos usuários para fins de fiscalização por parte do Município ou de outros Órgãos de Controle Externo.
- 9.29. Substituir qualquer empregado, cuja permanência no quadro de pessoal da CREDENCIADA seja considerado inconveniente pelo Município;
- 9.30. Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- 9.30.1. Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessárias, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros.
- 9.30.2. Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5% (cinco decimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



- a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas nas alíneas “a” e “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo



com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.05.02.10.301.0014.2036.3.3.90.39.00 - FICHA 159 - FONTES: 1.500

02.05.02.10.312.0015.2089.3.3.90.39.00 - FICHA 163 - FONTES: 1.500

02.05.03.10.301.0053.2072.3.3.90.39.00 - FICHA 170 - FONTES: 1.600

02.05.03.10.301.0055.2035.3.3.90.39.00 - FICHA 178 - FONTES: 1.621

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mesquita/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Braúnas/MG, ____ de _____ de 2024.

Jovani Duarte Menezes
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAUNAS
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
EMPRESA
CONTRATADO

Procuradoria Geral

Hamilton Antônio de Araújo

Procurador Geral do Município

Testemunhas:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

CPF: _____